

A primeira fase da Guerra da Tríplice Aliança e o fechamento do Instituto de Menores Artesãos (1861-1865)

Douglas de Araújo Ramos Braga ^a

Resumo: A Guerra da Tríplice Aliança impactou de diferentes maneiras na composição da sociedade brasileira. O presente artigo contempla um estudo sobre o Instituto de Menores Artesãos, instituição que terminou por ser fechada como consequência do conflito.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Sociedade.

INTRODUÇÃO

Arrostando Nas últimas décadas, inúmeros trabalhos vêm sendo publicados em relação à temática da história das políticas públicas para a infância no Brasil. Estudiosos e pesquisadores vêm refletindo acerca da história das práticas de institucionalização de crianças no Brasil, desde o período imperial, e perpassando o período republicano.

No Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, o proces-

so de urbanização e crescimento demográfico se expande a partir da segunda metade do século XIX. A Corte passa a receber cada vez mais capitais internacionais, utilizados em grande parte no setor de serviços públicos (com a fundação de companhias de gás, transporte e esgoto), e também capitais provenientes do setor cafeeiro, tornando-se sede de diversos bancos e lugar privilegiado para a vinda de negociantes estrangeiros..

Entretanto, se por um lado a

^a 1º Tenente do Quadro Complementar de Oficiais.



cidade se modernizava, visando os ideais de “progresso” e de “civilização”, por outro crescia também, tal qual ocorreu nas grandes cidades europeias, a população pauperizada, que se tornou alvo de controle por parte do Estado. Cortiços e casas de cômodos proliferam por todo o Rio de Janeiro, sendo vistos como lócus de doenças, pobreza e criminalidade.

Como ressalta Londoño¹, a questão da criança abandonada, vadia e infratora passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. A atenção a esta criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos, o que significava a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da sua saúde e higiene; os do educador, que devia cuidar de disciplinar, instruir e tornar o menor apto para se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência. Assim, da segunda metade do século XIX à primeira metade

do século XX, “menor” deixa de ser uma palavra associada exclusivamente à idade, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos, no contexto em que se tornou fundamental a preocupação com a preservação da ordem social aparentemente ameaçada e o interesse em assegurar a modernização brasileira. O Rio de Janeiro do século XIX encontrava-se em amplo processo de urbanização e de crescimento demográfico, em que os paradigmas de “civilização” e “progresso” norteavam as ações das classes dirigentes do Império.²

Como também aponta Duarte³, diversas mudanças ocorreram na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, com cada vez mais trabalhadores livres convivendo com trabalhadores escravos urbanos. A cidade era o porto mais importante do país, e sede de grandes bancos e negociantes estrangeiros. Ao mesmo tempo, a presença de capitais provenientes da cafeicultura e do comércio, um mercado consumidor cada vez mais ligado pela rede ferroviária e a



mão-de-obra abundante favoreceram a implantação das primeiras fábricas. Um sistema de rede de água encanada e de redes de esgotos (administrado por companhias estrangeiras) começou a ser implantado, com grande parte da população trabalhadora vivendo amontoada em cortiços e casas de cômodos sem condições de higiene, e que favoreciam a propagação de doenças.

Ao mesmo tempo em que a cidade do Rio de Janeiro se urbanizava e era o centro da vida cultural e intelectual do país, buscando a modernização e o progresso, Rizzi⁴ destaca que era também “lôcus da desordem, da doença, da criminalidade e da imoralidade”. A população pauperizada crescia, e crianças e jovens estavam sempre presentes no cenário de abandono da cidade. A pobreza urbana, assim, tornou-se alvo de interesse e objeto de intervenção na tentativa de controle, com os pobres sendo sistematicamente tipificados como ameaças a serem contidas.

Da mesma forma, a ideia do trabalho como forma de evitar a

marginalidade passou a predominar neste período. Segundo Teixeira⁵, em contraposição à rua (local próprio à vadiagem), a educação pelo trabalho era vista como uma possibilidade de regeneração para a infância desvalida. A ideia predominante em boa parte da sociedade ligava crianças pobres e trabalho como forma de evitar a marginalidade. A ideologia do trabalho, portanto, servia como estratégia de regeneração, controle social e ordenação urbana, além do objetivo de disciplinarização das classes populares, a partir da educação de suas crianças. A criação de instituições assistenciais para retirar de circulação e reeducar estes jovens através do trabalho, coibindo futuros ociosos e criminosos, tornou-se fundamental. Através destas instituições, de acordo com a autora, os menores deveriam aprender a obediência, o respeito à hierarquia e a promoção da civilidade, como garantia de preparação de novos trabalhadores e de manutenção da ordem urbana. Buscava-se, portanto, disciplinar essas crianças para o trabalho e afastá-las da ociosidade,



recuperando socialmente aquelas que perambulavam pelas ruas. Assim, “as instituições, ao segregar o menor carente, tirá-lo-ia das ruas, da vadiagem e do contato perigoso com familiares incapacitados.”⁶

Até então, já existiam instituições militares que recebiam estes menores. Teixeira⁷ aborda esta questão, afirmando que na década de 1830, pensando na instrução de crianças pobres a fim de formar um contingente profissional para atuar na Marinha e na Guerra, o Império determinou o envio de órfãos para estes arsenais. Na década seguinte, foram instituídas as Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros ao longo do território imperial, iniciando-se assim a formação compulsória de trabalhadores para diversos ofícios, através do encaminhamento de crianças e adolescentes às oficinas dos arsenais militares, do Ministério da Guerra ou da Marinha. O objetivo central era evitar que crianças desvalidas tornassem-se futuros vadios, inúteis e perigosos à sociedade. Na década de 1850, começaram a ser fundadas

Casas de Educandos Artífices, que ensinavam ofícios profissionais para menores.

O Instituto de Menores Artesãos surgiu exatamente como resposta a uma necessidade do século XIX de criação de novas instituições para recebimento dos “menores”, vistos como potenciais ameaças para a sociedade, para que estes fossem corrigidos e aprendessem um ofício, tornando-se úteis para a sociedade.

Foi neste momento, portanto, que se regulamentou o Instituto de Menores Artesãos, em 13 de Fevereiro de 1861, funcionando no mesmo espaço institucional da Casa de Correção da Corte (1850) e da Casa de Detenção (1856). Trabalhamos aqui com a hipótese de que o Instituto foi a primeira instituição não militar diretamente ligada ao Estado a receber estes menores (e não o Asilo de Meninos Desvalidos, de 1875, comumente apresentado com a primeira instituição). Após a abolição do tráfico, em 1850, a urgência por mão-de-obra qualificada e o grande número de detentos na Casa de Correção,



esta se viu obrigada a separar seus detentos por faixa etária e por sexo, na perspectiva de direcioná-los melhor na pedagogia do trabalho. O aproveitamento de menores já era constante na Casa de Correção, inclusive durante a sua construção, ao longo das décadas de 1830 e 1840.⁸

Conforme previsto pelo decreto N. 2745, que criou e regulamentou a instituição, o Instituto tinha como finalidade a educação moral e religiosa dos menores e era dividido em duas seções: a primeira com 180 vagas, que recebia menores enviados pela polícia como vadios ou abandonados, ou enviados por pais ou tutores por má índole; e a segunda com 120 vagas, recebendo menores que não puderam receber educação conveniente em outro lugar. Dentro de cada seção, havia ainda duas divisões: uma dos que tivessem 14 anos ou mais, e outra dos que tivessem menos. Para ser admitido, ele deveria passar por um exame de sanidade, para checar se ele estava são, robusto e vacinado. O jovem poderia ficar na instituição até com-

pletar 18 anos (embora muitos continuassem após essa idade), ocupando um dos seguintes ofícios: canteiros, carpinteiros, encadernadores, ferreiros, funileiros, marceneiros, pedreiros, segeiros, serralheiros e tanoeiros. Também era utilizada uma classificação, segundo a qual havia quatro classes de menores: distintos (bom comportamento moral, aplicação no trabalho, sentimentos religiosos); úteis (aplicados e aproveitam o ofício); produtores (aplicados ao ofício); e aprendizes (fora das anteriores). Além disso, eram preenchidas tabelas com o número de menores que entraram e saíram ao longo de cada ano.

Como meio de correção dos menores, o Diretor deveria usar da “autoridade paternal”, estando proibidos os castigos físicos. O menor que infringisse alguma norma poderia ser rebaixado dentre as classificações já citadas aqui, por um tempo determinado ou definitivamente.

Findo o tempo de permanência do menor na instituição, ele poderia ser empregado, ou o Dire-



tor o abonaria com enxoval correspondente à sua condição, e a ferramenta própria do seu ofício. Eles podiam permanecer no Instituto por oito anos, caso admitidos com menos de 13 anos, por sete anos se tivessem entrado com 13 anos, e por seis anos caso a admissão fosse feita aos 14 anos.

As dificuldades para a administração da instituição eram imensas, como a análise das fontes vem demonstrando. Nos relatórios do Diretor da Casa de Correção ao Ministério da Justiça ou ao Chefe de Polícia⁹, fica claro como era difícil a administração do Instituto, com a ocorrência de assassinatos, insubordinação e fugas constantes, além de indicar uma circulação de informações entre várias instâncias administrativas da Corte.

Por outro lado, ao longo de sua breve existência, menores foram constantemente enviados para trabalharem em outras instituições do Império ou com particulares. Neste sentido, Jorge Prata de Sousa¹⁰ compreende a experiência do Instituto de Menores Artesãos como um rito de passagem, através

do qual a infância ociosa passava à serventia do trabalho adulto nas instituições administrativas do Império. A função do Instituto fazia-se cumprir, adestrando a mão-de-obra menor e fazendo-a produzir, para em seguida distribuí-la aos órgãos imperiais. A instituição, portanto, representou um determinado projeto de aproveitamento da mão-de-obra menor, imprimindo uma política para o trabalho.

Entretanto, apesar dos constantes casos de fugas, roubo e violência dentro do Instituto, muitos pais requeriam, principalmente através da Secretaria de Polícia, a admissão de seus filhos na instituição, a fim destes aprenderem um ofício. A troca de informações entre a Secretaria e a Casa de Correção fica evidente nestes requerimentos, e também muitos menores foram enviados para trabalhar na força policial. Como destaca Sousa¹¹, nestes pedidos de entrada, os pais apelam sobretudo para o argumento da pobreza, tendo como objetivo principal a possibilidade do filho adquirir um ofício que os



possibilite sair da situação miserável em que se encontram.

Ao mesmo tempo, percebe-se pela documentação que, de fato, muitos menores foram enviados para outras instituições como mão-de-obra. A maioria foi destinada a instituições militares, principalmente a Marinha. Um indício da troca de informações entre o Diretor da Casa de Correção, o Ministro da Justiça e a Marinha pode ser percebida neste despacho do diretor ao ministro em setembro de 1863:

Com ofício do chefe encarregado do Quartel General da Marinha, foi-me por ordem do Exm. Ministro daquela repartição devolvido o menor Cazemiro da Rocha Vieira, que por aviso de V. Excia. de 13 de agosto findo foi destinado ao Corpo de Imperiais Marinheiros, pelo mau comportamento obtido no Instituto de Menores Artesãos, deste estabelecimento a que pertencia. A vista pois do ocorrido, não podendo continuar nesta Caza sem destino o mesmo em questão, peço à V. Excia se sirva ordenar o que for justo, livrando este estabelecimento do

contágio de um indivíduo tão incorrigível.¹²

Assim, menores que eram vistos como portadores de comportamento “incorrigível” poderiam ser enviados para a Marinha. A partir de agora, analisaremos o processo que levou ao encerramento das atividades do Instituto.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: A PRIMEIRA FASE (1864-1865)

Enfocaremos, no presente trabalho, o primeiro ano da Guerra da Tríplice Aliança, entre fins de 1864 e 1865. O historiador militar Vitor Izecksohn¹³ aponta mudanças na estrutura política da região do Prata e da política externa do Paraguai como causas diretas da guerra. Para o Brasil, o principal foco de tensão era o Uruguai. Com a ascensão do partido Blanco ao poder, em 1862, as disputas entre brasileiros e uruguaios se tornaram mais evidentes. O partido adotou política favorável à nacionalização das fronteiras, o



que implicava a taxaç3o dos brasileiros ali residentes e o controle de gado e escravos que circulavam entre os dois paÍses. Líderes gaúchos pressionavam o governo brasileiro a apoiar os colorados, que também passaram a contar com apoio argentino. Em agosto de 1864, o Brasil interveio no Uruguai, promovendo o bloqueio naval do porto de Paissandu. A aç3o brasileira e ao apoio dado pelos brasileiros aos colorados teriam irritado o ent3o ditador paraguaio, Solano López.

A situaç3o na regi3o era tensa. Como afirmam os historiadores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno:

A guerra civil uruguaia, opondo blancos e colorados, é o ponto de partida da crise. Os blancos no poder indispõem contra si o Império, e raz3o de sua hostilidade tradicional e da perseguiç3o aos súditos brasileiros que acabavam se envolvendo nos conflitos políticos. Indispõem também o governo argentino de Mitre, com seus acenos a Urquiza, o adversário derrotado. Isolam-se, pois, restando-lhes insuflar o ditador paraguaio, o qual, sem experiênci

as internacionais, se deixa arrastar por um plano simplório e insensato.¹⁴

Segundo os referidos historiadores, de longa data o Paraguai vinha se fortalecendo militarmente. Contudo, os planos de Solano López eram vagos, pensando em se constituir árbitro das quest3es platinas, demonstrando sua presença na regi3o. De nada lhe serviram as advertências feitas insistentemente pelo Parlamento brasileiro acerca de seu militarismo.¹⁵

O historiador Leslie Bethell¹⁶ aponta a sequênci



o Rio Grande do Sul, Solano López também declarou guerra a ela, em 18 de março de 1865, e no mês seguinte invadiu a província de Corrientes.

O sentimento de patriotismo teria se espalhado pela população brasileira neste momento, com o sentimento de que os brasileiros deveriam defender a honra nacional, como destaca o autor Vitor Izecksohn

A intensidade e a frequência das manifestações populares durante o primeiro semestre de 1865 e o espaço reservado às notícias de guerra nos jornais de todo o país demonstram a consolidação do sentimento de patriotismo. (...) enraizavam-se tanto a repulsa pela invasão sem declaração prévia de guerra quanto o senso de pertencimento a um recorte territorial cuja consolidação datava de apenas duas décadas. Sociedades patrióticas foram espontaneamente estabelecidas em todas as províncias, com coletas de doativos e organização de grupos de voluntários.¹⁷

Bethell¹⁸ argumenta que, fossem quais fossem as ponderações

que nortearam suas ações, a decisão de Solano López em declarar guerra primeiro ao Brasil e depois à Argentina, e em invadir os dois territórios, se demonstrou um grave erro de cálculo, que traria consequências trágicas para o povo do Paraguai. Ele superestimou o poderio econômico e militar paraguaio; subestimou o poder militar, em potencial, se não efetivou, do Brasil, e sua disposição para lutar; e errou em pensar que a Argentina poderia ficar neutra. A imprudência de López resultou exatamente naquilo que ele mais temia, a união de seus dois vizinhos mais poderosos, a quem se uniu o Uruguai. Em 1º de maio de 1865, assim, foi assinado por Brasil, Argentina e Uruguai o Tratado da Tríplice Aliança que previa, entre suas cláusulas, a derrubada da ditadura de Solano López e a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná.

No mesmo mês, o Exército paraguaio finalmente atravessou Misiones e invadiu o Rio Grande do Sul. No dia 14 de setembro, o comandante paraguaio coronel Estigarribia se rendeu ao presidente



Mitre (então comandante das forças aliadas), ao imperador d. Pedro II (em sua única visita à zona de guerra) e ao presidente uruguaio Flores, em Uruguiana. O Exército paraguaio então se retirou atravessando o rio Paraná e se preparou para defender a fronteira sul do país. Enquanto isso, em 14 de junho, na Batalha do Riachuelo, no rio Paraná, a Marinha brasileira tinha praticamente destruído a Marinha paraguaia e criado um bloqueio cerrado do Paraguai, que se manteve até o fim da guerra.¹⁹

Izecksohn²⁰, contudo, aponta que a campanha seria penosa e difícil. Havia grandes dificuldades logísticas, sérios problemas infraestrutura, numerosas baixas por doenças e a necessidade de ampliação do contingente por meio de novas políticas de recrutamento, como a criação dos corpos de Voluntários da Pátria (em que o imperador se alistou como voluntário número um, demonstrando simbolicamente a unidade de todos os brasileiros), e uma lei de d. Pedro II de 1866, tomando decisão de libertar número mais significativo

de escravos para lutar contra o Paraguai.

O autor destaca a centralidade de Caxias neste processo. O então marquês assumiu o comando das tropas aliadas com o afastamento de Mitre, em fins de 1866. Para reorganizar o Exército, Caxias chegou a necessitar de alguns meses de paralização, decisão criticada por seus adversários políticos, mas que no fim se mostrou acertada, tendo sido essencial para a preparação e o treinamento da tropa, inclusive no que se refere ao uso de armas de fogo, e para a escavação de trincheiras que permitiram a ampliação do cerco à Fortaleza de Humaitá, principal baluarte dos paraguaios. Como afirma o historiador,

Caxias era nome influente do Partido Conservador, símbolo da unidade nacional e condestável do Império. (...) Caxias aliava conhecimentos e experiência na organização de exércitos com talentos políticos que facilitavam o entendimento com os comandantes dos exércitos aliados. (...) Nessas circunstâncias, a nomeação de



Caxias correspondia ao desejo do governo imperial em dotar o Exército de comando unificado, para guerra cuja complexidade total só foi atingida lentamente e com dificuldade.²¹

Embora não seja foco do presente artigo, Bethell²² descreve brevemente o processo final da guerra. Em 5 de agosto de 1868, os aliados ocuparam Humaitá, e em 27 de dezembro daquele ano, a derrota decisiva dos paraguaios na Batalha de Lomas Valentinas, sob o comando o marechal Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias que citamos anteriormente. Em primeiro de janeiro de 1869, as forças aliadas entraram em Asunción. Mas a guerra entrou então em uma terceira fase. Solano López formou um novo Exército a leste e Asunción e iniciou uma campanha de Guerrilha. Caxias, já cansado, decidiu se afastar, e o imperador nomeou seu genro, o Conde d'Eu, comandante-em-chefe. Junto com sua companheira irlandesa Eliza Lynch, López foi perseguido por mais alguns meses por tropas brasileiras ao norte, até ser finalmente

acuada e morto em Cerro Corá, no extremo nordeste do Paraguai, em primeiro de março de 1870. Em 27 de julho de 1870 foi, então, assinado um tratado de paz preliminar.

Analisaremos, agora, o impacto da Guerra para o Instituto de Menores Artesãos.

A GUERRA E O FECHAMENTO DO INSTITUTO DE MENORES ARTESÃOS

O Instituto acabou fechando as portas por Aviso de 30 de agosto de 1865²³, com a maioria dos menores nele presentes sendo enviados para a luta na Guerra da Tríplice Aliança.

Segundo Renato Pinto Venâncio²⁴, o governo imperial não estava preparado para um conflito longo, imaginando que em vez dos cinco anos e quatro meses necessários para derrotar o inimigo, a guerra duraria não mais que seis meses. Ao perceber a gravidade da situação, o governo imperial foi procurando medidas para contornar as deficiências de planejamento no



período anterior à entrada no conflito. Escravos, libertos e prisioneiros foram recrutados para o Exército, enquanto a Marinha começou a esvaziar as companhias de aprendizes, enviando os meninos para os batalhões navais. As companhias só não fecharam as portas porque se montou uma “máquina” de recrutamento, na qual a polícia desempenhou um papel de fundamental importância.

E, paralelamente à ação policial, o recrutamento também contou com outra importante fonte de braços: as oficinas de aprendizes artífices. Por este motivo, o Instituto de Menores Artesãos foi extinto em 1865, e grande parte dos menores ali residentes foram enviados para o Batalhão de Aprendizes Marinheiros.

O Aviso também justificou o fechamento afirmando que a instituição não produzia resultados condizentes com as suas altas despesas, e mandando o diretor da Casa de Correção demitir todos os funcionários do Instituto. O desespero se instalou entre os pais que tinham seus filhos matriculados no

local, por medo de que os mesmos fossem mandados para a guerra. Porém, muitos pedidos de pais foram respondidos com negativas, tendo em vista que os menores já estavam nas forças armadas. Os despachos entre o Diretor da Casa de Correção e o Ministro da Justiça continuavam e, em comunicado de setembro de 1865, o referido diretor afirma que, dos 277 menores presentes no Instituto, 186 foram enviados às forças armadas imperiais.

Como consta no texto do Aviso, o Diretor da Casa de Correção José Nabuco de Araújo se dirigiu ao Imperador, afirmando que

1º Vm despedirá todos os empregados do mesmo Instituto; 2º entregará ao Ministro da Marinha os 172 menores que compõem a 1ª Secção do Instituto, para ali remetidos pelo Chefe de Polícia a fim de que pelo mesmo Ministério sejam aplicados nas oficinas do Arsenal de Marinha, ou como for conveniente; 3º quanto aos 105 meninos que compõem a 2ª Secção do Instituto, para ali remetidos a pedido dos pais ou tutores, Vm majestade publicará editaes



por 15 dias, para que seus pais ou tutores os vão receber sendo que, findo este prazo, serão elles entregues ao Ministério da Guerra ou Marinha para serem applicados convenientemente.²⁵

Contudo, não localizamos na documentação a identificação destes menores, ou o destino que eles foram enviados em relação à guerra, aspecto que pode ser objeto de estudo em pesquisas futuras,

CONCLUSÃO

Podemos perceber que o problema da infância abandonada, desvalida e criminosa cresceu na Europa e no Brasil do século XIX. Não somente se consolidou a ideia da infância como uma fase específica da vida, como as diversas transformações urbanas trouxeram um novo personagem social à tona, a criança pobre que vagava pelas ruas, para a qual se constituiu uma categoria específica de “menor”. Ao longo do século, e mais especificamente no Rio de Janeiro, o “menor” se constituiu como um

problema a ser enfrentado pelo Estado, em um processo de construção da nação e de combate à vadiagem e à ociosidade.

Embora desde a década de 1830, instituições já recebessem menores para introduzi-los na pedagogia do trabalho, principalmente a Companhia de Aprendizizes Marinheiros, o Instituto nos parece ter sido a primeira de caráter não militar fundada no Rio de Janeiro que atuava junto a crianças pobres e abandonadas. E, mesmo tendo funcionado somente por um curto período de tempo, entre 1861 e 1865, a sua constituição já indica como o Estado vinha procurando formas de lidar com a questão da menoridade.

Analisamos também, o momento inicial da Guerra da Tríplice Aliança, com as ofensivas paraguaias e seus desdobramentos no ano inicial dos conflitos. Vale ressaltar a centralidade que o então marquês de Caxias teria a partir de 1866, sendo suas ações como líder militar e político fundamentais para a vitória dos aliados.



O Instituto de Menores Artesãos foi fechado em 1865, com parte dos menores ali residentes sendo enviados para as forças armadas do Império. Contudo, não localizamos a identificação ou o destino destes meninos durante o conflito, o que pode ser objeto de pesquisas futuras.

BIBLIOGRAFIA

- BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.
- COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- DUARTE, Leila. *Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad, 2002.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.37, Set.1999.
- SOUSA, Jorge Prata de. A Mão-de-obra de menores: escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1999.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX. *I Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Caminhos da historiografia contemporânea*, Mariana, 2006.



VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendizados da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção. Ofícios com anexos. Notação IJ7-14.

Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção. Ofícios com anexos. Notação IJ7-15.

Arquivo Nacional. Série Justiça. Fundo Casa de Correção. Notação IIIJ7-164.

Arquivo Nacional. Série Justiça. Fundo Casa de Correção. Notação IIIJ7-165.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Casa de Detenção. Notações 02 e 03.

BRASIL. Ministério da Justiça. Decreto n.2475 de 13 de fevereiro de 1861. Rio de Janeiro, 1861.

BRASIL. Ministério da Justiça. Código Criminal de 1830.

Relatórios Ministeriais (1821-1960). Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

¹ LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

² SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol.19, n.37, Set.1999.

³ DUARTE, Leila. *Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad, 2002, p.38.

⁴ RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p.33.

⁵ TEIXEIRA, Heloísa Maria. A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX. *I Seminário de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Caminhos da historiografia contemporânea*, Mariana, 2006, p.20.

⁶ Ibid, p.21.

⁷ Ibid., p.2.

⁸ SOUSA, Jorge Prata de. A Mão-de-obra de menores: escravos, libertos e livres nas instituições do Império. In: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1999.



⁹Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção.

¹⁰ SOUSA, op.cit., p.59.

¹¹ Ibid, p.63.

¹²Arquivo Nacional. Série Justiça, Fundo Casa de Correção. Ofícios com anexos. Notação IJ7-14.

¹³ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.391-394.

¹⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *A Política Externa Brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁵ Ibid., p.33.

¹⁶ BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.161.

¹⁷ IZECKSON, op.cit.,p.397.

¹⁸ BETHELL, op.cit. p. 163.

¹⁹ Ibid., p.164.

²⁰ IZECKSON, op.cit.,p.399.

²¹ Ibid., p.408.

²² BETHELL, op.cit., p. 165.

²³Relatórios Ministeriais (1821-1960). Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

²⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendizizes da Guerra. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p.202.

²⁵Relatórios Ministeriais (1821-1960). Ministério da Justiça. In: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>